

A CORPORALIDADE DILACERADA DO HOMEM-QUE-TRABALHA: CORPO, TRABALHO E SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO DO NOVO (E PRECÁRIO) MUNDO DO TRABALHO

Hugo Leonardo Fonseca da Silva¹
Universidade Federal de Goiás
hgleofs@gmail.com

Resumo: O artigo discute a relação entre corpo, trabalho e subjetividade humana, recorrendo à discussão sobre as metamorfoses do mundo do trabalho pelo modelo de acumulação flexível. Para isso, apoia-se, sobretudo, na revisão de literatura. Aborda como as novas formas de gestão e organização do trabalho se constituem em processos formativos com implicações sobre a corporalidade viva do trabalho como um elemento significativo da captura da subjetividade do indivíduo trabalhador.

1. Introdução

Este trabalho tematiza as relações entre corpo, trabalho e formação humana nas condições do mundo do trabalho contemporâneo sob as determinações do capitalismo mundializado. Parte-se do pressuposto de que os modos de organização do processo de trabalho implicam em determinados processos formativos, em ações intencionais de formar um tipo de trabalhador adaptado às necessidades da produção do capital (KUENZER, 2002), com desdobramentos sobre sua subjetividade e corporalidade. Nesse sentido, busco elucidar as relações, processos e estruturas que envolvem as determinações recíprocas entre trabalho e a formação de um determinado tipo de personalidade (GRAMSCI, 2004), uma subjetividade do trabalho.

Nesse sentido, procuro num primeiro momento apresentar alguns traços característicos dos processos educacionais investidos sobre a corporalidade de trabalhadores no interior do processo de trabalho capitalista e, posteriormente, demonstrar aspectos fundamentais do conteúdo dos valores, regras e dispositivos organizacionais das novas formas de organização e de gestão do trabalho determinadas pelo modelo de acumulação flexível e suas implicações sobre a formação da subjetividade do indivíduo trabalhador.

2. Metamorfoses no mundo do trabalho e o investimento do capital sobre a corporalidade viva do trabalhador

É significativo o fato de que as investigações que analisam a formação do homem-que-trabalha² desenvolvida no interior dos processos de trabalho tendem a identificar como elemento central da desqualificação e degradação do trabalhador a expropriação do seu saber e do conhecimento, assentada na divisão sócio-técnica hierárquica do trabalho (BRAVERMAN, 1987; KUENZER, 2002, 2002a; MORAES NETO, 1989). Se de fato a produção de capital desde a cooperação simples, passando pela manufatura até a maquinaria e grande indústria (MARX, 2003) expressa o movimento histórico de expropriação do trabalhador em relação aos meios de produção – portanto, não apenas das ferramentas ou das chamadas condições materiais de produção, mas também dos saberes, habilidades e valores – e da subsunção formal e real do trabalho ao capital, a separação entre saber e fazer, entre cérebro e mãos, é apenas um aspecto do “destróçamento da subjetividade” (RESENDE, 2009) do trabalhador, ou da sua manipulação como analisa Heloani (2003). Nessa mesma processualidade histórica, não só os saberes e habilidades do trabalhador lhes foram espoliadas, mas a própria vida se tornou estranhada diante da alienação de sua atividade vital (MARX, 1993).

Nesse sentido, é possível verificar que nos diferentes modos de produção pelos quais o sistema do capital produziu revolucionamentos nos processos produtivos procurou-se, de diferentes maneiras, adequar o trabalhador, coletivo e individual, à produção de valor, buscando educar o homem inteiro dedicado à valorização do capital por meio de uma pedagogia para a docilização, a submissão e a subserviência. Em estudo sobre a gestão e organização do trabalho, desde o taylorismo-fordismo até as formas recentes de regulação da organização do trabalho, Heloani (2003, p. 13) observa que as históricas abordagens de racionalização do trabalho se manifestam como um “reordenamento da subjetividade no interior do processo produtivo”, ou seja, “um projeto de poder, ou manipulação da subjetividade da classe trabalhadora, pelo que denominamos ‘reprocessamento da percepção do espaço produtivo’.” Para isto, fora necessário, ora fragmentar, ora tentar reatar o nexos psicofísico que compõe o trabalho (ALVES, 2005).

¹ - Professor da Universidade Federal de Goiás. Doutorando em Ciências Sociais na Educação, Faculdade de Educação da UNICAMP.

² - A expressão categorial expressa pelo conceito de homem-que-trabalha apanha as determinações do processo de constituição da “individualidade de classe como trabalho vivo, o sujeito constituído e constituinte nas e pelas relações sociais”. (ALVES, 2011, p. 47).

A necessidade perene de “negar” o trabalho vivo no processo de produção – porque capital variável e com independência relativa frente ao capital – substituindo-o por trabalho morto (capital constante) é parte constitutiva do metabolismo social do capital (ALVES, 2012a). A "negação" que a forma capital de organizar o trabalho faz sobre a atividade vital humana só pode se efetivar como "negação" e, no mesmo momento, manutenção dos seus elementos fundamentais. Portanto, a efetivação do processo de produção capitalista se materializa como fetiche, cuja relação social que se manifesta no/com o trabalho, se reifica.

É importante observar que o trabalho morto no processo de produção capitalista se materializa como capital constante (controlável, previsto, normatizável, contabilizado nos custos da produção); uma das buscas permanentes do capital é interverter o capital variável (trabalho vivo) em capital constante. Daí a necessidade permanente de revolucionar as forças produtivas, do investimento em tecno-ciência produtiva e organizacional (diria formativa/educativa, também) capaz de disciplinar, controlar e submeter o trabalhador às necessidades do capital, capturando a subjetividade do trabalho (ALVES, 2000; 2005; 2007).

Como o capital se impõe sobre o trabalho vivo, efetivando-se numa relação social de poder e dominação, a forma como esse processo se concretiza envolve não apenas uma dinâmica de coerção, mas também de persuasão e, portanto, de consentimento; isto é, de gestação de um tipo de individualidade, constituída no interior da sociabilidade do metabolismo social do capital.

Ao buscar, a partir da tradição teórica do marxismo, superar as expectativas e análises subjetivistas e idealistas da subjetividade³, compreende-se que esta se constitui como síntese de múltiplas determinações. Tal empreendimento exige uma heurística capaz de apanhar as determinações recíprocas e as sínteses provisórias presentes na relação entre subjetividade e história (sociedade), corpo e mente. Portanto, a subjetividade envolve tanto a objetividade sócio-histórica como também não se esgota apenas no psiquismo do indivíduo, pois se articula ineliminavelmente à corporalidade viva.

A corporalidade humana (como dimensão da subjetividade) é degradada em função da exploração do trabalho e dos mecanismos de extração de trabalho excedente⁴. Ou seja, as

³ - Acompanhando as elaborações de Duarte (1999; 2004) e Saviani (2004), tomo nesse texto os conceitos de individualidade e de subjetividade como correlatos.

⁴ - Se apoiarmos apenas em Marx e Engels, pode-se verificar dados sobre a questão da exploração e esgotamento do homem que trabalha nos processos produtivos capitalistas nos *Manuscritos de Paris* (MARX, 1993), em *O Capital* (MARX, 2003), sobretudo os capítulos sobre a *Jornada de Trabalho*, a *Divisão do Trabalho e Manufatura* e a

condições de realização do trabalho sobre as determinações da sua forma abstrata, “com suas condições e exigências, rotiniza e amortece o sentido da vida, deixando no corpo do trabalhador marcas de sofrimento que se manifestam em variadas doenças ocupacionais, podendo, até mesmo, atentar contra sua saúde mental.” (HELOANI, 2005, p. 20). Esse sempre foi um fator evidente da exploração da força viva de trabalho, na qual o trabalhador tomava uma consciência primária de sua espoliação dada a fadiga, esgotamento e mesmo morte no trabalho.

Até mesmo o avanço das forças produtivas, por meio do desenvolvimento científico e tecnológico investido na produção, significou a maquinização (coisificação) da corporalidade humana, como aconteceu na vigência do fordismo-taylorismo como momento predominante do modelo de acumulação capitalista. Ainda assim, os trabalhadores sentiam, pensavam e criticavam, teórica e socialmente, este estado de coisas. Mas, de fato, enquanto a máquina-ferramenta roubava a corporalidade humana, a sociabilidade do capital lançava (e, ainda lança) o trabalhador para o consumo alienado/alienante da corpolatria, do lazer, da pornografia, do esporte como meio aparente e estranhado de reapropriação do corpo (CODO; SENE, 1985).

Ao tomar como referência o Toytismo como momento predominante do complexo de reestruturação produtiva (ALVES, 2000), pode-se verificar que as mudanças dos padrões produtivos e as alterações nas formas de gestão do trabalho investem, sobretudo, na expropriação da dimensão intelectual do trabalho vivo, em virtude da aparente intelectualização do trabalho operada pela incorporação da miroeletônica e das tecnologias da informação e comunicação no processo produtivo, conforme apontam Antunes (2003) e Kuenzer (2002a). No entanto, isso parece não ter significado a secundarização da corporalidade humana no processo de produção.

A corporalidade, já incorporada na máquina, passa a ser objeto de investimento formativos no chão da fábrica (o que era feito predominantemente na esfera do consumo, sob a vigência do fordismo-taylorismo) possibilitando a aparente reapropriação do corpo (de si mesmo!?) durante o tempo de trabalho. Isso é feito por um conjunto de investimento em ciência e ideologia articuladas em atividade formativas (ginástica laboral, ergonomia, ergologia, exigência de aparência corporal na seleção do emprego etc) que se articulam na constituição de uma subjetividade subsumida e manipulada (ALVES, 2000; HELOANI, 2003). Seria a vigência da formação do homem inteiro à serviço do capital, a omnilateralidade às avessas?

Maquinaria e Indústria Moderna. De Engels, é clássico a investigação criteriosa e denunciadora no *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (ENGELS, 2009).

3. A corporalidade como momento da captura da subjetividade no novo (e precário) mundo do trabalho

Tomando como referência a postura gramsciana (GRAMSCI, 2001) de que a hegemonia é produzida na produção, isto é, na fábrica, e se estende para as dimensões sócio-reprodutivas como determinações reflexas, entende-se aqui que o processo de trabalho capitalista engendra um determinado processo educativo que procura efetivar o trabalhador como força de trabalho a serviço do capital. No interior da fábrica os quadros técnico-científicos e educacionais (intelectuais orgânicos do capital) mobilizam as forças produtivas, o conhecimento científico e os modelos organizacionais com o objetivo de efetivar a hegemonia, articulando coerção e consenso e materializando aquilo que Kuenzer (2002) categoriza como pedagogia da fábrica ou pedagogia do trabalho capitalista. Institui-se no interior do aparelho produtivo um processo pedagógico “[...] que se fundamenta na articulação entre política e produção e cujo objetivo é educar o homem capaz de ajustar-se à produção racionalizada, constituindo-se em uma das formas pelas quais a classe burguesa busca concretizar o seu projeto hegemônico” (*ibidem*, p. 60).

Ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista desenvolveu-se, na vigência dos diferentes modos de regulação do trabalho e do processo de produção, as formas necessárias de educar as individualidades pessoais de classe (ALVES, 2012) para a composição da ordem produtiva e sócio-reprodutiva do metabolismo social do capital. Pode-se observar esta processualidade nas análises desenvolvidas por Kuenzer (2002, p 50) a respeito da pedagogia do trabalho capitalista no interior da fábrica taylorista-fordista:

Em função de novo tipo de produção racionalizada surgiu a necessidade de elaborar um novo tipo de homem, capaz de ajustar-se aos novos métodos da produção, para o que eram insuficientes os mecanismos de coerção social. Por isto, ela deve ser combinada com a persuasão e como o consentimento, o que se dá, entre outras coisas, pela remuneração mais alta da força de trabalho que lhe permita alcançar o nível de vida adequado aos novos modos de produção que exigem uma forma particular de dispêndio de energias musculares e nervosas. (KUENZER, *idem*, p.51)

O caráter educativo dos processos de organização e gestão do trabalho determina-se não apenas pelo desenvolvimento de habilidades técnicas e de conhecimentos que tornem o operário capaz de desempenhar sua tarefa na produção, mas significa a conformação do homem inteiro ao processo de produção do capital, isto é, o processo de valorização.

Além do conhecimento do trabalho, todo o comportamento compatível com o processo produtivo industrial precisa ser ensinado: organização, disciplina, cuidados com a saúde física e mental, utilização correta dos instrumentos de trabalho e equipamentos de segurança e trabalho com qualidade. (KUENZER, 2002, p. 61)

A constatação de que as formas de organização e gestão do trabalho no interior do processo produtivo fabril engendra uma atividade educativa, expressa a problemática de que as mudanças das formas de organização e controle do trabalho determinadas pelo sociometabolismo do capital alteram também o conteúdo e a forma da educação que acontece no trabalho. Isto significa que cada novo complexo de reestruturação produtiva tende a significar mudanças na objetividade e na subjetividade do trabalho e, portanto, do homem que trabalha.

Embora Kuenzer (2002) tenha identificado que as determinações do processo produtivo mediado pelas formas de organização e gestão inerentes ao modelo fordista-taylorista de acumulação (re)produza uma determinada pedagogia, processos formativos que tem gênese e se desenvolvem desde o chão da fábrica, as investigações sobre como as mudanças nos padrões de acumulação e nos modelos produtivos afetam a subjetividade do trabalhador geralmente reproduzem a separação ou a predominância de um dos polos da relação entre indivíduo e sociedade, objetividade e subjetividade, próprias à disciplinarização e especialização do conhecimento científico.

No entanto, percebe-se na literatura que os recentes processos de mudanças no mundo do trabalho alteram não apenas a objetividade dos processos de produção, as dinâmicas de emprego e desemprego e as relações salariais, mas também reverberam sobre a subjetividade do trabalhador, dados os mecanismos internos à lógica consensual, envolvente, participativa e manipulatória do toytismo e de suas regras, valores e dispositivos organizacionais (ALVES, 2008; ANTUNES, 2002, 2003; BERNARDO, 2009; IMBRIZI, 2005).

Se os estudos sobre a relação entre trabalho e educação carecem de maiores investimentos investigativos sobre os processos educativos que acontecem no interior dos próprios processos produtivos (sobretudo o fabril), é quase inexistente a preocupação investigativa a respeito de que o caráter educativo do processo de produção desenvolva ações educacionais que busquem adaptar e disciplinar o corpo do operário à maquinaria produtiva, que se configura como o novo sujeito

da produção⁵. É importante observar o distanciamento das investigações sobre a questão do corpo em relação aquelas sobre o mundo do trabalho não é uma predominante histórica na sociologia. Poderíamos, acompanhando a provocação teórico-metodológica que Taborda de Oliveira (2003) faz sobre a negligência do tema da corporalidade nos tempos e espaços escolares, dizer que a corporalidade é um termo ausente no mundo do trabalho. Indo mais adiante, “Mais do que um termo ausente, parece-me que a corporalidade tem sido historicamente negada como a própria experiência humana no mundo.” (p.170).

Breton (2006) observa que as investigações que deram origem ao campo por ele denominado de sociologia do corpo teve como contributo central, entre outros, os estudos de Marx e Engels sobre os processos de exploração capitalista do trabalho humano e a degenerescência da classe trabalhadora, devido à chamada condição operária. Caracterizando essas primeiras contribuições como uma “sociologia implícita do corpo”, Breton (2006, p. 16) afirma que no decorrer do século XIX

Numerosas são as pesquisas sociais que apontam a miséria física e moral das classes trabalhadoras, a insalubridade e a exiguidade das moradias, a vulnerabilidade às doenças, o recurso ao álcool, a prostituição frequentemente inevitável das mulheres, o aspecto miserável dos trabalhadores duramente explorados, a terrível condição das crianças obrigada a trabalhar desde a mais tenra idade. [...] Em O Capital (1867), Marx faz uma análise clássica da condição corporal do homem no trabalho. Seus estudos têm objetivos mais urgentes que o de encontrar ferramentas suscetíveis de pensar o corpo de maneira metódica, no entanto, contém a primeira condição para a abordagem sociológica do corpo. Corpo que, de fato, não é pensado somente do ponto de vista biológico, mas como uma forma moldada pela interação social.

Muito embora a questão da corporalidade viva do trabalho seja secundarizada ou considerada desimportante nos estudos sobre o mundo do trabalho, especialmente àqueles fundamentados nos pressupostos teórico-metodológicos do marxismo como observa Herold Júnior (2009; 2009a; 2012), bem como para as formas de organização política da classe trabalhadora (sindicatos, partidos, movimentos sociais), as formas de ofensiva do capital na produção dela não se descuidam⁶.

⁵ - De acordo com Kuenzer (2002, p. 44) “A máquina passa a ser sujeito da produção, da qual o trabalhador passa a ser mero apêndice: transfere-se, portanto, para a máquina, a ‘virtuosidade’ que pertencia ao trabalhador.”

⁶ - De acordo com Herold (2009) a falta de estudos sobre a corporalidade desde um ponto de vista marxiano/marxista, não significa uma impossibilidade, mas um desafio teórico-metodológico e também sóciopolítico. A sua própria produção e a de autores como Harvey (2004) e Eagleton (2012) expõem a necessidade e alguns elementos para tal abordagem.

Se a captura da subjetividade do trabalho pela lógica do capital se configura como elemento estratégico do novo tipo de ofensiva do capital na produção, – num contexto de crise estrutural do capital e, conseqüentemente, de reestruturação produtiva com base nos princípios toyotista de racionalização da produção – a corporalidade como elemento imanente da individualidade pessoal de classe se torna objeto de manipulação; “nesta nova implicação subjetiva o corpo parece ser a última fronteira de subversão do capital”. (ALVES, 2005, p. 420).

Alguns exemplos da evidência que a corporalidade assume para os mecanismos toyotistas de captura da subjetividade do trabalho no cotidiano dos processos produtivos (não apenas na fábrica, mas também em outros setores econômicos) são os investimentos científicos, ideológicos e educacionais da empresa, expressos em: análises ergonômicas e ergológicas do trabalho, para “adaptar” os desenhos produtivos ao corpo do trabalhador; as sessões de ginástica laboral que antecedem ou sucedem turnos de trabalho; realização, por parte da empresa, ou de setores diretamente ligados à ela (sistema “S”, por exemplo), de atividades esportivas e de lazer; os workshops de “saúde do trabalhador” promovidos pelos recursos humanos, centrados em pedagogias higienistas e de responsabilização individualizantes; a exigência de uma determinada aparência corporal como requisito a ser contabilizado na contratação de novos trabalhadores, entre outras⁷.

Essas questões podem ser verificadas tanto no cotidiano das empresas como em pesquisas científicas vinculadas aos “campos de conhecimento” da Educação Física, Atividade Física e Saúde, Administração, Psicologia, Ergonomia, Medicina do Trabalho e Engenharia da Produção (MULLER, 2008).

Destaca-se que ao assumir a questão da corporalidade como algo importante nos processos de reestruturação produtiva, o capital procura reproduzir a hegemonia no interior da fábrica no sentido de elevar a produtividade e os mecanismos de extração de mais-valia a níveis insustentáveis do ponto de vista do trabalhador. Isso significa que a corporalidade se apresenta na produção de uma dupla forma: positivamente, para o capital, como corporalidade integrada aos

⁷ - É importante observar que as implicações sobre a corporalidade do trabalhador produzidas pelas formas de organização e gestão do trabalho baseadas no modelo de regulação da produção e do processo de trabalho toyotista, provavelmente possuem nuances distintas quando se analisa recortes de gênero e de geração. Um indício disto são as próprias exigências ideológicas de um padrão de aparência física na produção como objeto de preocupações do setor de Engenharia de Produção (MUSSI, 2004). É sabido que as expectativas sociais de um modelo de corpo e de beleza têm seus principais desdobramentos no universo feminino, cuja mediação fundamental é a reificação da mulher (SILVA, 2001; BANDEIRA, 2006; SANT’ANNA, 1995).

processos de elevação da produtividade; e, negativamente, para o trabalhador, como corpo desgastado, adoecido e destruído.

Os resultados dessa processualidade se expressam nos casos recorrentes de adoecimento laboral, com consequências drásticas sobre a organização da vida pessoal do trabalhador (ALVES, 2012). As promessas de um trabalho mais intelectualizado, a possibilidade de mais tempo livre e de redução do desgaste físico e mental do trabalhador envidada pela chamada Terceira Revolução Industrial e pelas formas hodiernas de organização do trabalho vem sendo frustradas, em função do limite estrutural inerente ao próprio modo de ser do metabolismo social do capital. O que caracteriza o mundo do trabalho nessas condições é sua hiperprecarização mediada pelas formas atípicas e flexibilizadas de empregos, pelo desemprego crônico/estrutural e pela intensificação da exploração da força de trabalho (ANTUNES, 2002, 2003, 2005; ALVES, 2000, 2009).

O novo padrão de acumulação do capital é marcado, pois, pela intensificação da exploração da força de trabalho obtida através de inovações tecnológicas incorporadas aos processos produtivos, de novas formas de organização e controle dos processos de trabalho e da desregulamentação das relações de trabalho que se tornaram mais “flexíveis” e “elásticas”. (NAVARRO, 2006, p. 55)

O aumento, bem como a diversificação, das formas de exploração do trabalho tem-se constituído como parte do processo de destruição da força viva do trabalho significando não apenas a precarização do mundo do trabalho, mas, fundamentalmente, a “precarização do homem-que-trabalha” (ALVES, 2009).

A intensificação do trabalho e o aumento da jornada, observados no período [desde a década de 1970 H.L.], repercutem nas condições de trabalho e na saúde dos trabalhadores: as LERs (lesões por esforços repetitivos), que tomaram proporções epidêmicas nas últimas décadas, são exemplos emblemáticos dessa situação. A precarização do trabalho criou condições para o incremento da probabilidade de acidentes causadores de incapacidade temporária, permanente ou morte de trabalhadores. Neste contexto cresceu também a incidência, entre os trabalhadores, de doenças como a depressão, a síndrome do pânico, o estresse, a hipertensão arterial, as doenças cardiovasculares e o alcoolismo que apresentam comprovada relação com as precárias condições de trabalho. (NAVARRO, 2006, p. 56).

A “precarização do homem-que-trabalha”, conforme se pode observar na passagem supracitada, se caracteriza pela degradação da corporalidade do trabalhador. Pode-se objetar que essa degradação está presente desde as origens do sistema do capital, especialmente quando

observamos as análises de Marx (2003) a respeito da jornada de trabalho e da produção de mais-valia em *O Capital*. De fato, como observa o autor, o modo de produção capitalista significa “a crueldade civilizada do trabalho em excesso.” (p. 274).

Para Marx (2003, p. 306), “em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho exedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo.”. Nesse sentido, é verdade que o metabolismo social do capital, por sua lógica imanente de acumulação e auto-expansão, não tem preocupação com a duração da vida da força de trabalho, mas apenas a extração do máximo de trabalho excedente. O trabalhador é apenas meio de produção, sua individualidade é apagada pela mediação do trabalho abstrato.

A novidade presente no estágio atual de mundialização do capital e do modo de organização e gestão de trabalho toyotista é que a intensificação da exploração do trabalho está associada à mecanismos estruturais e ideológicos de captura da subjetividade do trabalho pelo capital, a tal ponto que, mesmo sendo degradado à condições desumanas, o trabalhador tende a se sentir parceiro, colaborador ou associado de sua empresa. E um dos mecanismos de captura da subjetividade do trabalhador pela lógica do capital é a promessa (frustrada pela lógica do sociometabolismo do capital) da “compressão psico-corporal”, isto é, a unidade objetividade-subjetividade, trabalho intelectual-trabalho manual, corpo-mente, fragmentada pelo modelo de acumulação taylorista-fordista (ALVES, 2005).

O modelo de organização da produção taylorista-fordista tem como princípio primordial a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, materializado pela separação entre concepção e execução. As análises sobre a expropriação do saber e das habilidades do trabalhador – incorporados na máquina-ferramenta e na gerência científica – como elemento inerente ao modelo de racionalização da produção e do trabalho e de subsunção do trabalho ao capital já foram longamente realizadas (ver: BRAVERMAN, 1987; KUENZER, 2002; MORAES NETO, 1989). Mas, conforme observa Alves (2005), a separação entre corpo e mente no processo produtivo é um dos elementos de crise do modelos taylorista-fordista.

Sob esse modelo de produção, o trabalhador se caracteriza como apêndice da máquina produtiva. Nesse sentido, esse modelo de produção se caracteriza por desenvolver

em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma

certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. (GRAMSCI, 2001, p. 266)

A questão é que logo que se termina o processo de adaptação da execução de uma tarefa, quando se mecaniza o gesto físico, o trabalhador fica livre para pensar, limitando o controle objetivo e subjetivo da força de trabalho. Infelizmente, para o capital, o operário

continua homem e até mesmo que, durante o trabalho, pensa mais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar. [...] e não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, e que ele compreenda que se quer reduzi-lo a gorila amestrado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas. (GRAMSCI, 2001, p. 272).

O taylorismo-fordismo se constituiu como a busca de controle de todos os tempos e movimentos do trabalhador, buscando efetivar a transformação do homem em fator da produção (MORAES NETO, 1989). Entretanto, esse modelo de regulação da produção e do trabalho se configurou como uma racionalização inconclusa, pois não conseguiu incorporar as variáveis psicológicas do comportamento operário. (ALVES, 2005)

O contexto da crise estrutural do capital e da sua mundialização criou as condições de materialização do padrão de acumulação flexível, instaurando assim o sistema toyotista como momento predominante do novo complexo de reestruturação produtiva, nova ofensiva do capital na produção e valor universal da produção e reprodução do capital (ALVES, 2000).

Como nova ofensiva do capital na produção, o toyotismo significa para o sociometabolismo do capital a busca pela efetivação de uma nova forma (mais complexa e completa) de subunção real do trabalho vivo à sua lógica.

O que surge é um ‘estranhamento pós-fordista’ sob o toyotismo, que possui uma densidade manipulatória maior que em outros períodos do capitalismo monopolista. Não apenas o ‘fazer’ e o ‘saber’ operário são capturados pela lógica do capital, mas também sua disposição intelectual e afetiva é constituída para cooperar com a lógica da valorização do valor. O operário é encorajado a pensar ‘pró-ativamente’, a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (o que tende a incentivar, no plano sindical, por exemplo, estratégias neocorporativas de cariz propositivo). Cria-se, deste modo, um ambiente de desafio contínuo, onde o capital não dispensa, como fez o fordismo, o ‘espírito’ operário. (ALVES, 2005, pp.416-17)

Com a constituição do toyotismo como ofensiva do capital na produção, tem-se a captura da subjetividade do trabalho vivo como seu nexa essencial. Isso significa, nos termos da análise

de Alves (2005) a composição de um novo tráfico entre corpo e mente não caracterizada pela rígida divisão do padrão de acumulação fordista-taylorista, mas sim uma nova relação psicocorporal demarcada pela flexibilidade toyotista. O problema é que essa mudança é caracterizada por este autor como uma promessa frustrada de compressão psicocorporal, porque preserva um componente essencial das sociedades do capital no que diz respeito à dimensão corporal do homem que trabalha: a formação no processo produtivo de um corpo útil, produtivo e submisso.

Enfim, partindo das reflexões supra, a justificativa desse trabalho se ancora em três elementos centrais: 1) a necessidade de se ampliar os estudos sobre a relação entre trabalho e educação, procurando identificar e analisar as ações e os investimentos educativos presentes no interior dos processos produtivos no contexto da mundialização do capital e da reestruturação produtiva; 2) procurar, em por meio de pesquisas com bases empíricas, compreender o desenvolvimento contraditório das *individualidades pessoais de classe* como parte compositiva, intrínseca e orgânica – da configuração histórico-mundial do capitalismo. Ou seja, investigar que tipo de subjetividade as metamorfoses do mundo do trabalho vem produzindo na vida cotidiana; 3) buscar entender se os investimentos da gestão e organização do trabalho sobre a corporalidade do homem-que-trabalha forjada nos processos de produção, expressam dimensões da desefetivação do homem-que-trabalha como ser humano genérico.

Referências bibliográficas

ALVES, G. Juventude e nova precariedade salarial no Brasil: elementos da condição de proletariedade no século XXI. In: ALVES, G.; ESTANQUE, E. (orgs) **Trabalho, juventude e precariedade**: Brasil e Portugal. Bauru: Canal6, p. 11-32, 2012.

_____. Maquinofatura: breve nota teórica sobre a forma social da produção do capital na era do capitalismo manipulatório. 2012a. (mimeo)

_____. A condição de proletariedade: esboço de uma analítica existencial da classe do proletariado. 2012b. (mimeo)

_____. **A condição de proletariedade**: a precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Práxis. Bauru: Canal6, 2009

_____. A subjetividade às avessas: toytismo e “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2008, vol. 11, n. 2, pp. 223-239.

_____. Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e as formas de precariedade no capitalismo global. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3 n. 2, p. 409-428, 2005.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 9ª ed. São Paulo: Cortez; Edunicamp: Campinas, 2003.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

BERNARDO, M.H. **Trabalho duro, discurso flexível:** uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRETON, D.L. **Sociologia do corpo.** Petrópolis: Vozes, 2006.

CODO, W. ;SENNE, W.A. **O que é corpolatria?** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DUARTE, N. A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade alienada. In: DUARTE, N. (org) **Crítica ao fetichismo da individualidade.** Campinas: Autores Associados, p. 219-242, 2004.

_____. **A individualidade para-si:** contribuição a uma teoria histórico social da formação do indivíduo. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

EAGLETON, T. **Marx estava certo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2009.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, D. Dos corpos e das pessoas políticas no espaço global. In: _____. **Espaços de esperança.** São Paulo: Editora Loyola, pp. 135-180, 2004.

HELOANI, Roberto. Corpo e trabalho: instrumento ou destino?. **Psicol. hosp. (São Paulo)**, São Paulo, v. 3, n. 2, ago. 2005 .

HELOANI, R. **Gestão e organização no capitalismo globalizado:** história da manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

HEROLD JUNIOR, C. Corpo no trabalho e corpo pelo trabalho: perspectivas no estudo da corporalidade e da educação no capitalismo contemporâneo. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jun. 2012.

_____. Os estudos sobre o corpo para além da apologia e da negação: contraposição crítica ao pós-modernismo. **Educar em revista**, Curitiba, n. 33, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602009000100015&lng=pt&nr=iso>. Acessos em 15 ago. 2012.

_____. Corpo, educação e hominização: possibilidades de análise a partir do materialismo histórico. **Educere et Educare**, v. 4, p. 1-22, 2009a.

IMBRIZI, J.M. **A formação do indivíduo no capitalismo tardio**: uma análise de estudos que vinculam a esfera subjetiva ao mundo do trabalho. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

KUENZER, A.Z. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. 6ª ed. São Paulo, 2002.

_____. Exclusão incluyente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L. (orgs) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002a.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 23ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro I, vol. 1, 2003.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

MORAES NETO, B.R. **Marx, Taylor e Ford**: as forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MULLER, H. V. O. **Trabalho e educação física**: a ginástica laboral na forma social do capital. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MUSSI, M.A.T. **Aparência física no trabalho**: uma questão contemporânea para a ergonomia. 2004. 180 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

NAVARRO, V.L. Trabalho, saúde e tempo livre sob os domínios do capital. In: PADILHA, V. (org) **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006.

RESENDE, A.C.A. **Para a crítica da subjetividade reificada**. Goiania: Editora UFG, 2009.

SAVIANI, D. Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. In: DUARTE, N. (org) **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, p. 219-242, 2004.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. Práticas pedagógicas da Educação Física nos tempos e espaços escolares: a corporalidade como tempo ausente? In: BRACHT, V. & CRISORIO, R. **A Educação Física no Brasil e na Argentina: identidade, desafios e perspectivas**. São Paulo: Autores Associados; Rio de Janeiro: PROSUL, p. 155- 177, 2003.